

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**JAIME CASTRO DOS SANTOS**

**NÃO-DITOS E AS (IM)POSSIBILIDADES DE CONTAR HISTÓRIAS**

Porto Alegre

2018

JAIME CASTRO DOS SANTOS

**NÃO-DITOS E AS (IM)POSSIBILIDADES DE CONTAR HISTÓRIAS**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a  
conclusão do Curso de Graduação em Psicologia  
pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.  
Orientadora: Ana Maria Gageiro

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Ana Maria Gageiro (UFRGS) - Orientadora

---

Psicóloga Tiasmin Ohnmacht – Debatedora

## AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Rosangela Chagas por todo o esforço e apoio apesar de todas as dificuldades que a vida nos impôs, sempre acreditando nas minhas escolhas com todo seu amor incondicional.

A minha avó Maria Luiza, pela transmissão do cuidado, carinho e força capaz de superar todos os desafios da vida. Ao meu Avô Nilson, pela sua capacidade incrível de tornar o mundo mais alegre e leve.

A minha colega Luisa Pellegrini, por ter me ajudado a sustentar meu lugar na universidade dentro desses seis anos de graduação presente em todos os momentos quando pensei em desistir. A minha colega Liziane Guedes por toda a inspiração da sua luta diária ao longo dessa graduação me fazendo perceber meu lugar no mundo e suas implicações.

A minha orientadora e querida professora Ana Maria Gageiro, por todo o carinho, atenção e paciência, se fazendo muito mais do que professora nos momentos mais difíceis. A toda equipe da Casa dos Cata-Ventos por toda paciência, carinho e aprendizado adquirido ao longo desses anos.

A debatedora Taiasmin Ohnmacht pelo tempo e atenção, me ajudando com todas as referencias que ainda não estão no currículo da graduação, fazendo que esse trabalho siga me fazendo pensar.

A meu amigo Jonas Garcia por todas as aulas particulares que me fizeram aparecer no listão. Veller Bauer, pelo companheirismo e que mesmo de maneira sutil me mostrou caminhos pela qual não me imaginaria seguir. Raquel Compassi, presente nos momentos onde mais precisei de apoio, me ajudando na produção desse trabalho. Amanda de Oliveira, sempre ao meu lado, suportando minhas angustias e refletindo o melhor de mim.

A minha psicóloga Aline Del Mauro, pela sua capacidade extraordinária de suportar todas as minhas tentativas de desistência, me fazendo perceber ao longo do nosso processo as minhas muitas capacidades e especialmente por me ajudar a não temer mais tanto o mundo.

Por fim, agradeço a todos que direta ou indiretamente me ajudaram ao chegar ao fim desse percurso.

Muito obrigado!



## **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo pensar os não-ditos assim como seus efeitos na constituição do sujeito negro no Brasil, tendo como ponto central o período histórico da escravização e como este é retratado nas escolas e mídias e os modos de silenciamento da cultura afro-brasileira em nossa sociedade que impedem o encontro do negro com a sua história e a possibilidade de reescrevê-la. Utilizando para tanto, cenas cotidianas do trabalho com crianças em Porto Alegre, mais especificamente na Vila São Pedro, no projeto Casa dos Cata-Ventos, pretende-se aqui relatar também o processo árduo de identificação do sujeito com a sua cor, raça e cultura. Para efeito de pesquisa, foi trabalhado com a metodologia de caráter qualitativo, fazendo uso de livros físicos, artigos e periódicos digitais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Raça; Negro; Ascensão social; Discriminação; Valorização.

## Sumário:

1 – INTRODUÇÃO .....	6
2 – VAMOS FALAR SOBRE RACISMO?.....	10
2.1 – O racismo no Brasil.....	12
3 – MIGRAÇÃO DOS NEGROS PARA A PERIFERIA.....	15
4 – VILA SÃO PEDRO .....	18
5 – TEM CATA-VENTOS HOJE? .....	20
6 – NÃO-DITO, CONSTITUIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO.....	24
7 – DANDARA .....	31
8 – CAPOEIRA.....	35
9 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
10 – REFERÊNCIAS .....	39

## 1. INTRODUÇÃO

Este estudo analisa o racismo científico no Brasil e seus desdobramentos na configuração da identidade da nação brasileira pós-escravatura, Tenciona-se, pois, problematizar a relação das práticas racistas com a exclusão histórica dos negros na sociedade brasileira, e como este racismo se fortaleceu durante os anos.

Pensando em como os efeitos do racismo agem de maneira violenta na constituição psíquica do negro, é fundamental que se produzam cada vez mais trabalhos que abordem este tema, principalmente no campo da infância, cujo é o campo deste trabalho, é necessário estar atento na maneira de como tratamos o racismo nas nossas práticas com as crianças, pois com a capacidade da criança de simbolização ainda em desenvolvimento logo precisam da nossa ajuda para tal, sem este auxílio acabam por introjetar discursos negativos presentes cotidianamente nas mídias sobre sua cor, raça e cultura.

Gageiro (2015) pontua que nossa posição frente às crianças seja no intuito de emprestar significações para que elas possam elaborar seu cotidiano muitas vezes difícil de maneira mais leve, assim também como suas angustias possam ser escutadas e significadas. Devemos ainda emprestar significantes potentes para desfazer os signos atrelados a seus corpos, as crianças ficam a mercê de suas famílias que por muitas vezes também estão em um ciclo extenso de reprodução de tais discursos, devido ao encobrimento e silenciamento da temática racial em nossa sociedade impossibilitando o negro a identificar-se consigo mesmo, as escolas que não cumprem obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas prevista por lei, assim como a própria sociedade como um todo, onde sistemática e estruturalmente reproduz o racismo velado e ou de maneira clara e efetiva em nossas vidas.

Este trabalho conta com a experiência obtida no trabalho desenvolvido no cotidiano com as crianças da comunidade São Pedro desde minha entrada no projeto Casa dos Cata-Ventos em 2016. Ao me dar conta das dificuldades que algumas crianças negras da Vila São Pedro encontram no seu cotidiano relativas à sua cor/raça, acabo me identificando por ter passado por questões semelhantes, entretanto agora assumindo uma outra posição diante desta problemática.

Em uma análise otimista e generosa, posso dizer que a universidade começa a se dar conta da importância do que não está escrito nos livros clássicos que ilustram as teorias principais da psicologia. Em seis anos de graduação por esforço dos próprios alunos em organizar coletivos e

grupos de estudos para debater e estudar as relações étnico-raciais na universidade é chegado a nós algumas referências, escassas, entretanto essenciais.

Exemplos clássicos de como o debate racial é silenciado não somente pela mídia, mas também na universidade e aquilo que nos é ensinado, também podemos ver na teoria psicanalítica dentro da universidade e o encobrimento da sua própria história, ainda é novidade para grande maioria que a primeira psicanalista não medica, primeira mulher a deitar em um divã no Brasil, primeira estudiosa a escrever uma tese de doutorado sobre relações raciais e grande responsável pela disseminação e construção da prática psicanalítica no Brasil fora uma mulher negra: Virgínia Leone Bicudo, socióloga e psicanalista, importantíssima para a psicanálise no Brasil, entretanto não o suficiente para ser estudada ou digna de ser mencionada nos espaços acadêmicos.

Assim como Virginia Bicudo, há também outra importante Psicanalista negra no Brasil pouco estudada, Neusa Santos Souza, autora do livro *Tornar-se Negro* (1983), estudo de extrema importância que relata as dificuldades do sujeito negro ao se reconhecer como tal através dos discursos racistas presentes em todas as estruturas da sociedade, e a necessidade de o negro criar discursos sobre e para si próprio. No entanto, em 2009, Neusa se suicidou, pagando um preço excessivamente alto pela sua luta e caindo no esquecimento.

Existem vários outros exemplos que poderiam ser mencionados, tanto na psicologia quanto em diversos outros campos de saber, mas o que gostaria de salientar sobre o mecanismo de silenciamento seja inconsciente ou como jogos de poder, é que a invisibilização de uns é sempre se dá à custa da vizibilização de outros. Faz-se mister salientar que o negro ainda não tem representatividade em lugares como este.

Mesmo em um espaço que supostamente seria o lugar por excelência para aprender sobre teorias que reforçam a necessidade de conhecer a psique humana e como ela funciona, o negro ainda se encontra deslocado e impedido de (re)conhecer seus traumas nas teorias eurocêntricas da psicologia. A negação da sua história começa desde antes seu nascimento, ele já nasce em um meio carregado de significantes negativos sobre a sua cor, raça e cultura. Na escola, se podemos dizer que a história da escravidão é contada, é sempre do ponto de vista dos nossos colonizadores, pois nossas escolas ainda possuem uma método de ensino eurocêntrico, que não conta as violências praticadas no período de escravização e abolição, e suas relações com o cenário político, econômico e social do país, e como esta história ainda está em processo de construção.



É nesse sentido exposto que Fernando Coronil (apud ARAÚJO e MAESO, 2010, p. 242) afirma que, “[n]as construções implícitas de „Pertença/Identidade” que lhe estão subjacentes”, isto é, nas concepções de Europa, Portugal e do Ocidente, que possibilitam determinadas representações do “outro”, inerentes a conceitos como “África”, o “Terceiro Mundo” ou o “Império Colonial”.

Sabendo que a infância é um período de extrema importância na constituição psíquica, acredito que seja também importante debater sobre os efeitos do racismo no desenvolvimento psíquico das crianças, usando dos conceitos de dito e não-dito, o objetivo deste trabalho é discutir os efeitos destes conceitos dialogando com os efeitos do racismo na infância, além disso entre os objetivos específicos há o interesse em

O referencial teórico deste trabalho é composto pelas teorias das relações raciais de Neusa Santos Souza, Carlos Moore, Kabenguele Munanga, os ditos e não ditos de Miriam Debieux. Trata-se de cenas retiradas do cotidiano da Vila São Pedro sobre a maneira de como as crianças negras experimentam o racismo em um contexto de vulnerabilidade. Partindo, então, de que este arcabouço teórico é essencialmente propício para se tratar da afirmação e consolidação do racismo por meio de práticas históricas desenvolvidas como táticas de manter a hierarquia social da sociedade brasileira intacta. É nesse sentido então que nos lançamos a desbravar os meandros existenciais do racismo.

O primeiro e segundo capítulo aborda o conceito de racismo em uma linha do tempo com suas transformações ao longo da história partindo de termos gerais até especificidades do racismo no Brasil. Para tanto se utiliza Kabenguele Munanga (2004), Carlos Moore (2009) e Oracy Nogueira (1998).

O terceiro capítulo trata da migração dos negros libertos para as periferias após a abolição da escravatura, sem condições de conseguirem empregos, privados de instrução cultural e social, os negros ficavam às margens das cidades. Para abordar este tema se utiliza os autores Flauzina (2008), Quadros (2018), Schwarcz (1993), Sawaia (2011), Souza (2017).

Já o quarto capítulo aborda a Vila São Pedro em Porto Alegre, de onde foram retiradas algumas cenas que compõem este trabalho, utiliza-se aqui a autora Fonseca (2018) e seu estudo etnográfico sobre a Vila em questão.

O quinto capítulo trata de explicar o funcionamento do projeto Casa dos Cata-Ventos e sua história, assim como os projetos pela qual fora inspirado, para isso utiliza-se Torossian (2018), Beltrame e Torossian (2018) e Gageiro (2018) .

O sexto capítulo aborda de maneira sucinta como se dá a constituição psíquica do sujeito elencando algumas diferenças entre Freud e Lacan, como o discurso racista atravessa este sujeito em desenvolvimento, mostrando os efeitos nocivos da não abordagem do tema racial durante a infância, demonstrando as implicações do não-dito na constituição da criança e impedindo seu processo identificatório. Para tal utiliza-se Jardim (2010), Dunker (2006), Cesarotto (2009), Rosa (2009), Souza (1983), Beltrame e Tavares (2018), Freud (2018a, 2018b), Lacan (1994), Hall (2000), Jacques (2006).

No sétimo e oitavo capítulo será tratado o dispositivo clínico da contação de história, bem como a capoeira, mostrando a importância e os efeitos positivos colhidos após através desta estratégia abordar uma história que conta a história de Dandara, contando um pouco da história do povo negro antes de serem trazidos para o Brasil, assim como a prática da capoeira no projeto também recuperando a história deste povo e dando lugar de destaque ao negro e efetivamente demonstrando a importância da representatividade.

## 2 VAMOS FALAR SOBRE RACISMO?

De forma que este trabalho tem como por objetivo abordar o tema do debate racial em diferentes espaços e como é este é tratado, faz-se essencial explicitar aqui neste capítulo um pouco do conceito de racismo e suas mudanças através dos tempos.

Segundo Munanga (2004), o racismo enquanto conceito surge por volta de 1920 e pode ser compreendido como uma ideologia de cunho essencialista que determina a divisão da humanidade dividida por grupos de raças que possuem traços físicos hereditários em comum, estes traços são o alicerce para características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas que são dispostas numa hierarquização de valores. Sendo assim o racismo<sup>1</sup> para o racista consiste na naturalização de que traços físicos e biológicos são determinantes para características morais, intelectuais e etc.

Ainda de acordo com Munanga (2004) a origem de racismo não surge por acaso, o autor nos mostra no mito bíblico de Noé a primeira classificação de raças ancestrais, Jafé (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo o mito, após sobreviverem o dilúvio e buscarem um porto seguro para descansarem, Noé no momento em que buscara repouso, deitara-se segundo a bíblia de forma “indecente” (por indecente leia-se nú) após beber um pouco de vinho, forma que seu último filho Cam ao ver o pai fez comentários maldosos junto a seus irmãos. Noé, ao descobrir os comentários, amaldiçoou Canaã filho de Cam que seria o servo dos servos dos seus irmãos, por servos na bíblia pode ser compreendido como escravos, Canaã posteriormente foi o responsável por povoar grande parte do continente Africano, ficando assim a ideia de que o povo africano seria um povo amaldiçoado e naturalmente criado para servir.

Para Carlos Moore (2009), autor do livro *Racismo e Sociedade: Novas bases epistemológicas para entender o racismo*, foi por causa de duas grandes catástrofes da história da humanidade, sendo elas o holocausto judeu e a escravidão negro-africana, que se começou a produzir trabalhos voltados para compreensão do racismo no século XX, mesmo que apenas o holocausto judeu tenha ganhado alguma repercussão internacional, esta ideia de racismo ainda estava muito atrelada a ideia usada no século XV, que era a metodização dos valores europeus

---

<sup>1</sup> Segundo o que consta no Dicionário Aurélio de Português (2014), racismo é definido como um sistema que afirma a superioridade de um grupo racial sobre os outros, preconizando, particularmente, a separação destes dentro de um país (segregação racial) ou mesmo visando o extermínio de uma minoria (racismo antisemita dos nazistas).

sobre a diversidade cultural e racial dos povos quando a Europa teve seu primeiro contato com estes povos.

Este conceito de racismo estava intimamente ligado ao surgimento do conceito de raça que o famoso naturalista Carl Van Linné (1707 a 1778) criou para classificar plantas em 24 classes e raças – este conceito vai se transformando ao decorrer da história e vai sendo utilizado para outras classificações. Segundo Munanga (2004) no latim medieval o conceito de raça passou a assumir o objetivo de classificar descendência e linhagem.

Por sua vez, em 1864 pelo francês François Bernier, o conceito de raça assume objetivamente sua função de classificar a humanidade segundo seus atributos físicos. Nos séculos XVI e XVII, ao conceito de raça é atribuído o objetivo de diferenciar classes sociais, na França temos os exemplos dos francos que afirmavam ter um sangue puro por terem origem germânica e por consequência disso tinham aptidões naturais para assumir cargos importantes, se intitulavam como os nobres, ao contrário dos gauleses que segundo este mesmo pensamento poderiam até serem escravizados. Assim, podemos ver como o conceito de raça da botânica foi transportado e utilizado para legitimar políticas de dominação e sujeição. Na concepção de Munanga (2004, p. 89), as três raças trouxeram:

[...] lentamente o mito da democracia racial: [...] exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo as elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência de seus sutis mecanismos de exclusão na qual são vítimas na sociedade.

Mesmo que o pensamento racista advenha de mitos e teorias, se constituindo assim como uma ideologia, quando o preconceito racial é praticado, ele pode ter naturezas diferentes. Segundo Oracy Nogueira (1998), quando acontece um evento discriminatório por motivo racial, este ocorre por duas formas que se distinguem quanto à sua natureza. O autor afirma que existem duas naturezas diferentes para o preconceito racial, o preconceito de origem e o de marca.

Nos Estados Unidos, o preconceito que prevalece é o preconceito de origem, que acontece quando o racista deduz que o discriminado tem uma ascendência de algum determinado grupo étnico, o preconceito que prevalece no Brasil é aquele baseado no preconceito de cor, termo que se apresenta difuso na literatura relativa ao tema, porém o autor prefere nomeá-lo de preconceito de marca.

Em contrapartida, entre os norte-americanos, o preconceito racial que prevalece é aquele baseado na origem. Em outras palavras, quando o preconceito se exerce em relação à aparência física dos indivíduos discriminados, diz-se que é preconceito racial de marca e quando o preconceito acontece por dedução de que o discriminado tem uma ascendência de certo grupo étnico, diz-se que o preconceito é de origem. Nessa seara, são dois tipos ideais desenvolvidos por Oracy para apontar a existência do preconceito racial presente tanto aqui no Brasil, quanto nos Estados Unidos.

Ora, constituídos historicamente, o racismo calcado no preconceito racial e social, propagou-se sua imagem ao passo que lhes fora tirada sua própria identidade, seu ser, sua peculiaridade cultural. Ao seguir ainda pelos meandros conflituosos dessa temática, expõe a grade de profusões de abordagens que devem ser realizadas a fim de tomar nota das formas de racismo impregnadas na base das nações.

## 2.1 O racismo no Brasil

Até agora, nesse capítulo, entendemos como o conceito de racismo fora transmutado através da história para que sua ideologia pudesse perdurar e assim fazer a manutenção de privilégios daqueles que se beneficiam desta ideologia. Já neste capítulo irei aprofundar um pouco mais o sobre o conceito de racismo, entretanto mostrando como este se dá especificamente no Brasil.

Um dos pilares fundamentais para se tratar da problemática do racismo no Brasil é analisá-lo por meio da vertente histórica-social, por isso, é inevitável trazer aqui, que entre os anos de 1550 e 1855, entraram pelos portos brasileiros aproximadamente 3,6 milhões de africanos escravizados. É nesse viés que “a África tornou-se a única fonte capaz de oferecer ao Brasil a gente de que necessitava para ocupar seu vasto território, assegurar sua unidade e transformar-se numa grande nação” (COSTA e SILVA, 2003, p.21).

Diante disso, após mais de 300 anos de escravidão<sup>2</sup>, a emergência surgida em torno da melhoria da raça brasileira ganha força no pós-abolição em 1888, pautando-se em purificar a

---

<sup>2</sup> Se iniciando ainda na produção de açúcar na primeira metade do século XVI a escravidão fora instaurada como principal mão de obra servil, realizando a escravizando com índios, que perdurara não por muito tempo, posto que boa parte dos religiosos se opôs a esta prática, uma vez que tinham para com os indígenas o objetivo de convertê-los ao catolicismo. Os colonos portugueses então partiram para suas colônias na África em busca dos negros, mais do

raça, acabou-se por legitimar discursos raciais que prometiam curar a nação do mal de uma raça deteriorada pela miscigenação de negros, brancos e índios. Vê-se que os negros ao serem colocados em “liberdade” continuaram a compor a camada mais baixa da sociedade, facilitando a consolidação da teoria do branqueamento, com o qual seria necessário promover a miscigenação para branquear a raça.

Viotti da Costa (1999) expõe que a abolição nada mais fora que um ato jurídico que não mudou a estrutura e a forma de pensar da sociedade. O discurso ideal ao pensar uma nação moderna e avançada, seria o de branquear a raça, suscitando na eliminação das más características contidas no sangue dos negros, que havia transformado o Brasil em um lugar atrasado e imoral. Ora, nesse compasso, o racismo indubitavelmente trata-se de um fenômeno histórico. Nesse sentido, segundo Carlos Moore (2009, p.23) “o racismo retira a sensibilidade dos seres humanos para perceber o sofrimento alheio, conduzindo-os inevitavelmente à sua trivialização e banalização”.

E assim sendo, o racismo é parte das construções contemporâneas, uma vez que, a partir das formulações elaboradas no século XIX, a ideia de superioridade racial concede e legitima a condição de discurso unificado, legitimado por certas teorias ditas científicas, como, por exemplo, a teoria da eugenia<sup>3</sup>. Dito de outra forma, ao presente estudo, ao problematizar o racismo faz-se pontuar que nesse ambiente, o Brasil era entendido como um país a ser curado da mestiçagem, uma vez que no mestiço se encontravam as piores qualidades.

Neste viés, a exclusão do negro que se perdurou durante os trezentos anos de escravidão e perpassou após abolição, justificado por teorias raciais, serviu para os aristocratas e classes dominantes manterem seu poder político e econômico, que, por conseguinte, culminou com a solidificação da hierarquia social e cultural, como se apresentava aos tempos da escravidão. “As teorias raciais transformavam-se em ferramentas para a invenção de uma identidade nacional”, pondera Sodré (1999, p.85).

---

que uma prática, firmou-se um negócio financeiramente viável e rentável, não à toa, permanecendo até o século XIX, quando abolida pela princesa Isabel em 1888.

<sup>3</sup> O eugenismo compunha-se de intelectuais que seguiam a teoria eugênica, que buscava produzir seleção nas coletividades humanas, calcadas em leis genéticas. Chegando ao Brasil na década de 1870, estas teorias afirmavam que as diversas raças humanas estavam submetidas a uma hierarquia biologicamente logicamente pré-determinada, em que explicaria, por exemplo, as desigualdades existentes entre os povos africanos e europeus. A saída vislumbrada por eles se daria com o branqueamento racial, através da miscigenação da mistura de raças entre negros e brancos (Amaral, 1929).

Na confluência dos elementos expostos aqui mencionados, os negros por sua vez, acabam projetados como seres inferiores, preguiçosos e incapazes, que eram um problema para a construção de uma nação de fato evoluída que adentraria ao século XX. Concomitante em que se discutia a transição do trabalho escravo para o livre, se desenvolvia teorias raciais na Europa baseadas no positivismo, na teoria da evolução e no darwinismo. Neste sentido é que se considera de primordial importância a interlocução da problemática racial vista pela psicanálise, atentando-se para um aporte teórico e conceitual em que se observa um contingente de indivíduos que foram e são marginalizados pelo poder público, aboliu-se a escravidão ao passo que se escancarou as práticas racistas.

Retomando aos pensamentos de Munanga (1990), em que de acordo com ele, o racismo se qualifica e se constrói como a tendência em ligar características intelectuais e morais de um grupo às suas características físicas ou biológicas, como sendo consequências diretas, tem-se que o racismo como uma estratégia por parte do grupo dominante em um determinado contexto. É nesse sentido que vai levar Schmitter (BOJUNGA e COUTINHO, 1988, p. 10) apontar que, “não existe no mundo país com instituições democráticas que viole tanto as suas próprias leis quanto o Brasil. É o descontrole do Estado”.

Assim, é tomada essa via referencial a fim de expor que o racismo, apesar de situado fortemente no Brasil, é um dos males mundiais, reflexo das aberrações históricas, a título de exemplo a escravidão que se desenvolveu por todo continente americano com a expansão do novo mundo. Na primeira metade do século XX, durante o processo de generalização do trabalho livre e da competição, a grande massa dos descendentes daquele povo que fora escravizado ficou condenada a viver na marginalidade econômica (Furtado, 2007).

As mazelas da escravidão se disseminaram pelas raízes que formam a sociedade brasileira atual, reflexos claros da história se encontram hoje em forma do racismo institucionalizado, da maior pobreza entre a população negra e encontrados nas periferias pelo Brasil adentro, conseqüentemente, mais sujeitos com risco de extermínio e envolvimento com os crimes. Serge Moscovici (1978, p. 64) salienta que “[...] o racismo é o caso extremo em que cada pessoa é julgada, percebida, vivida, como representante de uma sequência de outras pessoas ou de uma coletividade”.

### 3 MIGRAÇÃO DOS NEGROS PARA A PERIFERIA

No capítulo anterior nos detemos a pensar um pouco o conceito geral de racismo e suas especificidades no Brasil. Neste capítulo abordaremos sobre o processo de migração dos escravos libertos pós abolição que irão habitar nas margens das cidades sem condições de conseguirem trabalho.

A liberdade não garantiu condições dignas de vida e a lógica da exploração escravagista encontrou muitas formas de continuidade: “não há o que discutir sobre nossa forma de lidar tanto com a escravidão como com o racismo: suavizamos a primeira e negamos o segundo” (FLAUZINA, 2008, p. 47). Deixados ao descaso no pós-abolição, os negros migraram para locais distantes dos grandes centros, pois:

Na medida em que a ordem social competitiva e a urbanização estavam em plena emergência (...) os negros e os mulatos ficaram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral (...) porque não tinham condições para entrar nesse jogo e sustentar suas regras. (...) Viveram dentro da cidade, mas não progrediam com ela e através dela. Constituíram uma congêrie social (...) e só partilhavam em comum uma existência árdua, obscura e muitas vezes deletéria (FERNANDES, 1978, p. 99).

Assim, o espaço de convivência e sofrimento apenas se transferiu de lugar, foram dá senzala à periferia, condicionados pela própria condição de escravos, que os privava de instrução cultural e social. Ora, pois, na continuação desse raciocínio está Michel de Certeau (2005) que traz a ideia de lugar e espaço como perspectiva que tem como possibilidade em definir um campo específico, entendendo determinado cotidiano social como um espaço praticado pelos sujeitos.

Um lugar é a ordem (seja qual for), segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. Aí se acha, portanto excluída a possibilidade, para duas coisas, de ocuparem o mesmo lugar. Aí impera a lei do „próprio”: os elementos considerados se acham uns ao lado dos outros, cada um situado num lugar „próprio” e distinto que define. Um lugar é portanto uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade (CERTEAU, 2005, p.184).

Destarte, em referência a este contexto social,

[n]um quadro global de gravíssimas desigualdades sociais, já amplamente reconhecido, evidencia-se uma nítida hierarquia que tem, no topo, os homens brancos (não negros) e que vai descendo para as mulheres brancas, homens negros (e pardos) e mulheres negras (QUADROS, 2018, p. 95).



Partindo dessas inferências, é de primordial relevância para o diálogo do estudo destacar que se estabeleceu, com a escravidão, desde os tempos coloniais, uma sociedade altamente hierarquizada em pilares sociais-econômicos, que podem ser mais claramente percebidos quando pega-se a fim de análise uma área periférica e o que se constata após minuciosa análise quantitativa é que a etnia prevalecente lá é negra.

Trata-se, portanto, de uma evidência de países que abrigaram o sistema escravagista, estando diretamente relacionado às mazelas do doloroso passado. Pode-se até esmerar, que a imputação de condenados socialmente está condicionada e apegada à sua cor, à sua figura dentro da história, posto que em um momento em que abolida a escravidão, o intuito das classes dominantes era apagar a escravidão dos capítulos da história do Brasil, pois estava a nascer um novo país, um país moderno e acima de tudo, a pretensão de uma nação espelhada nas nações europeias. Percebe-se claramente a intenção em tornar a nação branca, livre da miscigenação, pela frase do professor de direito criminal Laurindo Leão (apud SCHWARCZ, 1993, p.167): “uma nação mestiça é uma nação invadida por criminosos”. Era, portanto, associada a ideia de crime, vadiagem e promiscuidade como fatores psíquicos inerentes das práticas e comportamentos da raça negra.

Acima de tudo, o farol norteador que iria agir como definidor de um novo país seria o condicional racial, se baseado nos países do velho mundo, deveria ser branco. No entanto, se visto por este prisma de raciocínio a “sociedade exclui para poder incluir e essa transmutação é condição da ordem social desigual” (SAWAIA, 2011, p. 8). Para atestar tais afirmações proferidas, faz-se requerer aos seguintes dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) de quatro países latino-americanos, o documento “Panorama Social da América Latina 2016” mostrou que enquanto havia 33% de negros na faixa de renda mais baixa no Brasil. Enquanto que quase na mesma proporção, os negros respondiam por 34% das menores rendas no Equador e no Uruguai, a desigualdade é ainda mais agressivo, em que os números dos negros respondiam por 50% das menores rendas.

Levando-se em conta os aspectos racistas, incumbem em raciocinar a respeito da argumentação ideológica racista, implode no campo psíquico uma imensurável rasteira nas percepções racionais, visto que, correspondendo ao governo lidar com a grande quantidade de escravos que circularam sem rumo no pós-abolição, coube aplicar medidas que mantivessem a estrutura social intacta, incutindo ideais eugenistas.

Como diz Jessé Souza (2017, p. 13) “o presente não se explica sem o passado”, é fundamental que possamos entender a construção desses lugares (periferias) e as forças que movem as pessoas para estes espaços. No livro *A elite do atraso* Jessé defende que é preciso desconstruir teorias sociológicas datadas e reconstruí-las criticamente para analisar origem da desigualdade do nosso país, que atualmente caiu no senso comum de que é atribuída a uma herança cultural portuguesa corrupta e de uma síndrome de vira lata, sustentada pela mídia, pela escola e pela sociedade como um todo. O autor reitera a necessidade de atentarmos para o papel central que a escravidão teve/tem como o cerne da desigualdade social e a corrupção no país. Como anteriormente explicado, as teorias que sustentaram as políticas de escravização afirmavam a ideia de que sua raça era inferior e, portanto, estes não eram considerados humanos, impossibilitando que essa parte da população detentora do poder empatizasse com o sofrimento dessas pessoas que “anteriormente” sequer eram considerados humanos, autorizando assim a exploração destes povos.

Jessé (2017) segue afirmando que todo passado cujo não passa por um processo de reflexão está condenado a se repetir, mesmo que de formas diferentes. Como a escravidão pelo menos legalmente não é mais permitida, esse passado se atualiza pelo menos aqui no Brasil como um ódio aos pobres, a necessidade da classe média de se sentir superior e se distinguir das classes menos abastadas. É visível as formas de como podemos demonstrar tais comportamentos em relação aos pobres como políticas de estado formais, as matanças nas favelas, o genocídio da juventude negra seguidas das arbitrariedades da polícia com o aval do estado, enquanto grande parcela da classe média aplaude. É um comportamento típico, atualizado do nosso regime escravocrata.

#### 4 VILA SÃO PEDRO

No capítulo anterior podemos abordar um pouco sobre como se deu o processo de migração dos negros recém-libertos para as periferias, neste capítulo faremos uma conexão com este período contando um pouco sobre a história e funcionamento da Vila São Pedro em Porto Alegre, lugar onde está localizada a Casa dos Cata-Ventos, de onde foram tiradas as cenas que compõem esse trabalho.

A Vila São Pedro, uma vila escondida no centro de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, popularmente conhecida como Vila do Cachorro Sentado, é onde está situada a Casa dos Cata-ventos, projeto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em parceria com a Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA) de onde foram extraídas algumas cenas para compor este trabalho, neste sentido faz-se necessário deixar mais nítido o cenário. Claudia Fonseca professora do PPG de Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em seu estudo etnográfico realizado entre abril de 1981 e março de 1983, nos auxilia a criar uma imagem deste lugar:

Vila São Pedro uma vila de invasão, de aproximadamente 750 moradores, que há oito anos ocupam um terreno baldio em uma zona de classe média, em Porto Alegre. Se bem que haja ali alguns migrantes rurais recentes, a maioria da população mora na zona urbana há muito tempo. Os homens adultos, analfabetos na sua maioria, são mestiços de origem italiana, açoriana, alemã, polonesa, mas principalmente afro-brasileira; ganham a vida como papeleiros, guardas-noturnos, biscateiros e operários intermitentes da construção civil (FONSECA, 2018, p. 9).

Apesar dos quase 40 anos do estudo realizado por Cláudia Fonseca pouca coisa mudou neste lugar. A definição de periferia é utilizada indiscriminadamente para designar, numa visão geográfica, os espaços que estão distantes do centro e nas margens da urbanização da cidade, entretanto mesmo com a Vila São Pedro localizada no centro da cidade é preciso lembrar que a periferia não é meramente um acidente geográfico, ou seja, não esteve ali desde sempre, são uma série de fatores políticos que envolvem a construção desses espaços marcados muito mais pela precariedade e pela falta de recursos do que meramente pela sua localização geográfica.

Além da escassez de recursos e dificuldades no acesso aos direitos básicos dos moradores, a Vila São Pedro conta com as leis impostas pelo tráfico que organiza o funcionamento da vila no sentido de quem entra e sai, assim como o estabelecimento de uma relação conflituosa com a polícia se sujeitando à suas arbitrariedades.

Os profissionais que entram na vila precisam passar pelo crivo daqueles que trabalham para o tráfico, uma espécie de segurança criada para controlar e avisar quando “TÁ LIMPO!” como eles mesmos gritam quando entramos para iniciar nossos turnos de trabalho.

Outro aspecto no mínimo curioso é o fato de que a vila não possui saneamento básico e faz pouco tempo que estão regularizando a energia elétrica, demanda dos próprios moradores. Entretanto, apesar da escassez dos recursos básicos a vila se encontra rodeada por inúmeras instituições contrastando a abundância de recursos muito próximos ao mesmo tempo tão distantes, um shopping há poucos metros de distância, um hospital psiquiátrico aos fundos, ao lado uma associação médica que possui um teatro, uma escola pública de educação física, fisioterapia e dança (ESEFID), porém mesmo com a localização próxima, abismos se colocam entre estes caminhos, impossibilitando o acesso dos moradores a estes serviços.

Outro dado importante que Claudia Fonseca (2018) nos aponta naquela época é o fato que menos de 20% dos adultos eram alfabetizados e poucas crianças frequentavam a escola. Não temos acesso ao número de adultos alfabetizados, mas a grande maioria das crianças está matriculada nas escolas, o que não significa que frequentam com assiduidade ou estejam alfabetizadas. Inclusive o número de crianças que seguem avançando nos anos escolares mesmo sem estarem alfabetizadas é alarmante o que implica que nossas intervenções mudem pra pensarmos nosso dever de propor um ambiente não apenas de um brincar livre, mas também num ambiente alfabetizador.

## 5 TEM CATA-VENTOS HOJE?

No capítulo anterior abordamos um pouco da história da Vila São Pedro, um dos cenários deste trabalho, agora iremos nos deter ao projeto Casa dos Cata-Ventos, sua história, funcionamento e objetivos.

O projeto Casa dos Cata-Ventos é um projeto de extensão e pesquisa do Instituto de Psicologia da UFRGS em parceria com a Associação Psicanalítica de Porto Alegre (APPOA), é um espaço de garantia do direito ao brincar, propondo a brincadeira também como dispositivo terapêutico no trabalho com crianças e adolescentes em situação de violência e vulnerabilidade na Vila São Pedro. Ao priorizar crianças em situação de extrema vulnerabilidade social situamos nosso posicionamento ético-político. A Casa dos Cata-Ventos está localizada no miolo da Vila São Pedro, em um espaço cedido pela associação de moradores, onde as equipes de plantonistas desenvolvem seu trabalho. Nosso trabalho foca nas crianças com seus responsáveis numa comunidade com altos índices de violência e dificuldade de acesso às políticas de seguridade social na cidade de Porto Alegre/RS.

O projeto da casa foi inspirado por outros dois projetos, a Maison Verte, criado pela psicanalista francesa Françoise Dolto, esse espaço que ficou conhecido com estrutura Dolto, iniciou-se em Paris, posteriormente multiplicando-se por toda França e outros países da Europa, que recebia crianças e seus cuidadores que enchiam os consultórios dos analistas com problemas referentes a sua primeira inserção na escola. No Brasil a estrutura Dolto foi replicada em uma favela do Rio de Janeiro, mesmo que o contexto fosse muito diferente havia um campo fértil para pensar a psicanálise na cidade e em situações de extrema vulnerabilidade e desigualdade social, entretanto a tentativa fora desencorajada pelos psicanalistas franceses que afirmavam que onde a violência impossibilita o poder da palavra não há espaço para psicanálise, mesmo assim hoje o projeto da Casa da Árvore funciona em várias comunidades do Rio de Janeiro. Vale expor que, apesar de não ocorrer, é obrigação do Estado oferecer à criança condições para que ela possa se desenvolver psíquica e socialmente, sendo balizado pela Constituição Federal de 1988 que em seu Art. 227 estabelece que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à

convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Para explanação, o nome Casa dos Cata-ventos surge segundo Pedroso (2013) como uma homenagem ao poeta Mario Quintana com a sua capacidade incrível de brincar com as palavras e também em referência aos moradores da Vila São Pedro, cuja principal atividade para tirar o sustento da casa é catar lixo para reciclagem. A respeito do crescimento da criança e sua vivência no ambiente violento,

[n]em todas as crianças, contudo, podem viver no país da infância. Existem aquelas que, nascidas e criadas nos cinturões de miséria que hoje rodeiam as grandes cidades, descobrem muito cedo que seu chão é o asfalto hostil, onde são caçadas pelos automóveis e onde se iniciam na rotina da criminalidade (SCLIAR, 1995, p. 4).

O espaço fica aberto alguns dias da semana para receber crianças e adolescentes sem a necessidade de uma inscrição prévia ou assiduidade. Elas chegam e saem a hora que quiserem, diferindo-nos assim de outros espaços da rede que cobram alguns requisitos, apesar desses espaços possuírem alguma semelhança com o nosso projeto, sempre há uma confusão sobre como classificar o nosso trabalho, já que não é uma creche e nem SASE. Pedroso (2013) reforça que a posição do projeto ao contrapor-se ao funcionamento dos principais serviços da rede na atenção a infância e adolescência, se dá principalmente pela burocratização destes serviços que enrijece a escuta, onde segundo o autor tal processo serve como uma espécie de defesa perversa destes trabalhadores que lidam com a responsabilidade de atender estes usuários que necessitam especialmente de políticas de assistência para sua sobrevivência.

Criada com um intuito de se utilizar do brincar da criança como principal intervenção clínica, e, assim, pensando no educar e na integração social, acreditamos na aposta do brincar como intervenção clínico-política. O educador Paulo Freire (1989, p. 9) via no contar história um leque de possibilidades, posto que indubitavelmente, “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente”. Não obstante, sem poder desviar-se da realidade social, a criança se utiliza do brincar como ferramenta de fala, confissão, sua história de vida, seu cotidiano, não se desvincula do brincar, uma vez que encontra-se intrínseca a ela, é com esse viés que Sigmund Freud interroga que:

Acaso não poderíamos dizer que ao brincar toda criança se comporta como um escritor criativo, pois cria um mundo próprio, ou melhor, reajusta os elementos de seu mundo de uma nova forma que lhe agrada? Seria errado supor que a criança não leva esse mundo a sério; ao contrário, leva muito a sério a sua brincadeira e despende na mesma muita emoção. A antítese de brincar não é o que é sério, mas o que é real. Apesar de toda a emoção com que a criança catexiza o seu mundo de brinquedo, ela o distingue perfeitamente da realidade, e gosta de ligar seus objetos e situações imaginados às coisas visíveis e tangíveis do mundo real. Essa conexão é tudo o que diferencia o „brincar” infantil do „fantasiar” (FREUD, 2018a, p. 79-80).

Em um ambiente protegido em meio a um contexto de caos social, as crianças liberam na ação do brincar sua criatividade, medos, sonhos, esperança e estágio de desenvolvimento emocional. O projeto se lança ao desafio de proporcionar às crianças um direito legítimo, o de brincar e expressar, direitos estes que nem sempre respeitados em suas casas. É neste caminhar que a violência ventilada pelo bairro impõe uma situação de desafio de cunho social e psicológico, pois, quanto à sua consequência, observa-se que há sempre um prejuízo físico, social ou psicológico para a vítima (Furtado, Bock e Teixeira, 2008).

O projeto da Casa dos Cata-Ventos é um projeto que visa assegurar o direito das crianças brincarem e contar histórias, um espaço onde a vida comum acontece, onde é possível parar o tempo por algumas horas e ser criança, assim como Sandra Torossian aponta nosso objetivo na comunidade:

brincamos para contornar, para permitir a fantasia, para dar passagem à imaginação, para levar ao plano do “fazer de conta” as angústias de cada dia. Mediamos, com palavras, relações que muito apressadamente descambam em violência. Brincamos para dar passagem à fala, para permitir a vida (TOROSSIAN, 2018, sem página).

Gageiro (2015) aponta que a proposta do projeto da Casa dos Cata-Ventos seja voltado para receber tanto crianças quanto seus cuidadores, um espaço que acolhe as questões da vida comum, tanto individual quanto coletiva, se usando da palavra como ferramenta fundamental para promover a socialização, assim como em outros espaços situados na estrutura Dolto.

Neste sentido abordamos aqui nesse capítulo um pouco da história do projeto da Casa dos Cata-ventos, assim como sua história, funcionamento na perspectiva da psicanálise na cidade, demonstrando nosso posicionamento ético-político ao trabalhar com crianças em um contexto de alta vulnerabilidade. No próximo capítulo iremos abordar o processo de constituição psíquica do sujeito elencando algumas diferenças entre Freud e Lacan, como o discurso racista atravessa este sujeito em desenvolvimento, mostrando os efeitos nocivos do silenciamento do tema racial

durante a infância, demonstrando as implicações do não-dito na constituição da criança e impedindo seu processo identificatório.



## 6 NÃO-DITO, CONSTITUIÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

O bebê ao vir ao mundo traz consigo uma série de medos e angústias referente ao mundo que lhe será apresentado, pois ainda não o conhece e não dispõe de recursos para sobreviver neste ambiente. Aos poucos vai desenvolvendo suas qualidades para lidar com este mundo desconhecido, seu corpo vai amadurecendo e graças à relação que estabelece com o outro sua vida simbólica vai se desenvolvendo, no entanto esta vida psíquica não tem seu marco inicial no nascimento do bebê, desde antes da sua concepção os pais já possuem uma história prévia a existência mesmo que imaginária deste bebê, que influenciará diretamente no meio aonde o bebê irá se desenvolver, pois, nas palavras de Jardim (2010, p. 227), “o sujeito psíquico advém de uma operação que vai do corpo à imagem, da imagem à palavra e da palavra ao desejo”.

Mesmo no processo de gestação, o bebê já responde a estímulos externos, percebe a luz, som, e os efeitos das reações emocionais relacionadas aos hábitos e costumes de sua mãe, assim como do pai e do ambiente onde ainda não está inserido, mas que já é inundado deste, logo o bebê registra todas estas experiências, e com sorte se ao vir ao mundo e encontrar um meio adequado para seu desenvolvimento, que lhe oriente com carinho, dedicação, cuidado e educação poderá se desenvolver de maneira saudável.

Segundo Dunker (2006) o bebê humano nasce sempre prematuro, o autor explica que embora o bebê ao nascer não seja um ser totalmente passivo, que já consegue reagir a estímulos, mas que comparado a outros animais, bebês humanos não conseguem sobreviver sozinhos, pois ao nascer ainda não completou o desenvolvimento do seu sistema neurológico e perceptivo. Logo este bebê que não consegue sobreviver sozinho, depende da ajuda de seus cuidadores para reconhecê-lo como um sujeito, adultos que ofereçam e suponham coisas a respeito desse bebê, a palavra é uma das coisas mais importantes a se ofertar para o bebê, pois é através dela que a criança é introduzida na linguagem e, portanto, no seu desejo.

Nesta necessidade da criança se constituir através do outro e do seu discurso, podemos pensar nos efeitos do conteúdo e forma daquilo que lhe é falado ou omitido em seu processo de desenvolvimento. Segundo Oscar Cesarotto no prólogo do livro *Histórias que não se contam: o não dito na psicanálise com crianças e adolescentes* (Rosa, 2000) a psicanálise toma as crianças como seres inocentes, a inocência aqui é tomada como uma ausência de saber e conhecimento e não como sinônimo de pureza, logo as crianças não saberiam de nada, nascem como uma tabula

rasa e por isso perguntam tanto sobre o mundo, porém ainda assim são capazes de deduzir e inferir a respeito desse mundo. Destes adultos se espera informação, sabedoria e veracidade, que eles saibam as respostas para as perguntas intermináveis das crianças, todavia estas respostas podem ser respondidas de diferentes formas ou simplesmente omitidas, pois há aquilo que é possível ser dito, que se prefere silenciar ou aquilo que não há palavras para responder, deste conjunto há efeitos que agem diretamente na constituição da criança e, portanto produz sintoma sobre estas palavras censuradas e verdades silenciadas.

Miriam Debieux Rosa (2000) afirma que o não-dito faz parte do discurso daquilo que não é palavra, entende-se que o não-dito é constituinte do discurso, pois há no discurso a impossibilidade de uma enunciação completa, entretanto quando o não-dito está atrelado a interdição da articulação de significantes, produz sintomas. Ainda, os não-ditos não se limitam a questões factuais ou situações vivenciadas, mas a importância da investigação destas interdições segue a lógica de que tais acontecimentos devem ser compreendidos e representados, o que faz falta para a criança não são os fatos, mas sim o desejo e a possibilidade de formular perguntas.

Miriam Debieux Rosa (2000) categoriza os tipos de não-dito, que podem ser caracterizados por ditos possíveis, ditos impossíveis e não-ditos “voluntários”. No livro a autora aborda como estas estratégias influenciam sintomaticamente no desenvolvimento das crianças trazendo casos clínicos para exemplificar tais conceitos. Dentre os tipos de não-dito, temos o segredo, presente na categoria de não-ditos voluntários para abordar a questão do debate racial no nosso país, podemos entender que o segredo tem dois lados, um deles é a possibilidade de se fazer calar frente a pensamentos ou fatos que nos causam sofrimento, serve como uma preservação do Eu, entretanto podemos enxergar o segredo por um outro prisma, entendendo-o como a impossibilidade do acesso a um significante essencial para um sujeito, possibilitando dessa forma o controle de uma informação como forma de opressão sobre o outro. Independente se o segredo se coloca enquanto um processo inconsciente ou não, os efeitos são devastadores no que diz respeito a o debate racial no nosso país, pois ele serve tanto como forma de sustentar os pactos narcísicos entre os brancos e a luta silenciosa pela manutenção dos privilégios raciais, quanto para que o negro seja impedido de acessar a sua história.

Neuza Santos Souza (1983, p. 17) afirma: “Uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo. Discurso que se faz muito mais significativo quanto mais fundamentado no conhecimento concreto da realidade”, mas como ter acesso a esta realidade se

esta é invisibilizada, negada e omitida? Como produzir formas de superar o mito criado sobre sua existência enquanto o mito assume status de natureza?

O mito é uma narrativa em parte fantasiosa, mas com base em uma realidade social, o mito tem a função de naturalizar e engessar determinadas relações sociais com o intuito de criar uma verdade, uma nova realidade com base nesta fantasia que vai tentando desfazer simbolicamente o que pode destruí-lo com contradições. Logo o mito é um discurso de poder sobre uma coisa ou pessoa, apenas se torna mito aquilo que será tomado pelo senso comum, um discurso verbal ou visual visando negar aquilo que é factual, transformar o ilusório, negando a história e transformando em natureza.

Portanto, segundo Neusa Santos Souza (1983, p. 25) é através do “mito negro” que o negro irá „tornar-se (um) negro” com aquilo que marca o seu corpo nesta diferença que o desumaniza, onde na realidade haveria a identificação. Logo com a interiorização desta diferença que ocupa o lugar da identificação, o negro ao se deparar com o branco e suas diferenças, se inferioriza e assujeita-se, pois ao assumir essa natureza, passa a se ver com os olhos do seu opressor.

Beltrame e Tavares (2018) trazem um importante questionamento para este debate ao levantar a ideia de que 350 anos de escravidão deixou marcas profundas na nossa sociedade e no psiquismo do brasileiro, logo somos herdeiros destes corpos negros violentados pelos brancos e o quanto a recusa de falar sobre estes acontecimentos impossibilita para estes sujeitos a possibilidade de construir discursos para elaborar estes traumas.

Quando pensamos no conceito de identidade para falar de algum grupo específico, comumente reduzimos a pluralidade de tais grupos elegendo uma característica para identificá-los, no que diz respeito ao povo negro, reduzimos à cor da sua pele, entretanto para que possamos compreender as dificuldades que a pessoa negra enfrenta ao constituir-se neste discurso, construindo assim sua imagem e autoestima faz-se essencial entender como se dá o conceito de identidade. Ao destacar o pertencimento, as pessoas que se autodeclaram negras, têm em si a consciência de sua identidade. Conforme a base argumentativa proposta por Joaquim (2001, p. 56):

Saber-se negro é viver a experiência de ter sua identidade negada, mas é também e, sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em sua potencialidade. Essa identidade daí emergente é necessária, por ser historicamente

formada em uma sociedade ambígua e multifacetada. Uma identidade, ao mesmo tempo, étnica e política, não somente individual, mas também coletiva.

Psicanálise e psicologia social tratam do conceito de identidade de formas distintas. Em Freud podemos perceber o processo identificatório desde o complexo de Édipo, quando o menino em um processo paralelo de identificar-se com o pai e elencar a mãe como objeto de seu desejo, compreende que posteriormente o pai é o obstáculo que lhe impede de tomar a mãe para si, transmutando sua identificação com o pai outrora sem conflito, mas que agora assume um status hostil, demonstrando a ambiguidade de sua identificação, podemos pensar também no processo em que o menino se identifica com a mãe e elege o pai como objeto para suas satisfações sexuais. Nessa seara, segundo Freud (2018b, p. 67), a falta de identificação fragiliza profundamente o indivíduo em suas relações:

[...] primeiro, a identificação é a mais primordial forma de ligação afetiva a um objeto; segundo, por via regressiva ela se torna o substituto para uma ligação objetal libidínosa, como que através da introjeção do objeto no Eu; terceiro, ela pode surgir a qualquer nova percepção de algo em comum com uma pessoa que não é objeto dos instintos sexuais. Quanto mais significativo esse algo em comum, mais bem-sucedida deverá ser essa identificação parcial, correspondendo assim ao início de uma nova ligação.

Sem receio, pode-se afirmar que a partir de Freud, tornou-se, praticamente, impossível pensar os processos sociais, culturais, econômicos e políticos sem levar em conta que as forças a guiar os homens nas suas ações são tanto conscientes quanto inconscientes. Por seu turno, Lacan (1994, p. 89) argumenta que sem o “imaginário, o simbólico e o real” não há como se compreender a teoria freudiana. Em seu entendimento, o simbólico é uma linguagem. Que na relação do imaginário e do real, e na constituição do mundo, depende da reação e posição do indivíduo. Corroborando a essa colocação, “o contexto no qual os indivíduos realizam suas ações e desenvolvem seus modos de vida fundamentais, têm um valor essencial para alcançar das pessoas uma compreensão mais clara de suas atividades” (TRIVIÑOS, 1987, p. 122). Assim, em relação ao posicionamento do sujeito ela “é essencialmente caracterizada pelo seu lugar no mundo simbólico, ou, em outros termos, no mundo da palavra” (LACAN, 1994, p. 97). Nas palavras de Poli (2005, p. 128):

Em síntese, na primeira apropriação psicogenética da dialética, Lacan elabora o processo de constituição do sujeito pautado pela dialética intersubjetiva. Ela se suporta em sua teoria da significação que parte da suposição de completude do universo discursivo. Isto é, tal como formulado no Seminário III, Lacan identifica no significante do Nome-do-pai

e, posteriormente, no significante fálico, um representante, constituído pela via da metáfora, que seria suficiente para dar suporte à significação do sujeito.

Diante dessa estrutura psíquica, Lacan ao engendrar que o sujeito encontra apoio significativo nas relações parentais à identificação do seu ser e dos sujeitos que o rodeiam, expõe a magnitude do lugar social e as ações desenvolvidas ali. Seguindo por este curso, ainda em consonância a essa análise, em Lacan:

O sujeito como tal, funcionando como sujeito, é algo diferente de um organismo que se adapta. É outra coisa, e para quem sabe ouvi-lo, a sua conduta toda fala a partir de um outro lugar que não o deste eixo que podemos apreender quando consideramos como função num indivíduo, ou seja, com um certo número de interesses concebidos na areté individual. (LACAN, 1995, p.16).

De maneira assertiva, Lacan argumenta que o sujeito está assujeitado à primazia do significante. De forma explanatória, se em Lacan o sujeito está submetido socialmente a uma série de significações influenciáveis, em Freud, o indivíduo encontra-se preso ao seu inconsciente. Existe, então, para a psicanálise, algo que necessariamente transborda os papéis sociais. Por vezes, como raciocina em sua explanação, Lacan afirma que “o significante é o que representa um sujeito para outro significante” (LACAN, 1998, p. 833). Portanto, ambas as análises são de primordial relevância ao contextualizar suas colocações dentro da significância da psicologia social e, ademais, das ciências sociais, pois:

O contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo, que à primeira vista pode parecer pleno de significação, perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. [...] [A]penas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social (FREUD, 2018b, p. 44)

A significância e abrangência de identidade é pensada por diversa áreas e abordagens metodológicas, na sociologia, como expõe o autor Stuart Hall (2000), a identidade seria coletivamente constituída, sendo um “composto de identificações com ideais culturais que não são necessariamente harmoniosos” (HALL, 2000, p.107). O autor entende que:

as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são nunca singulares, mas multiplamente

construídas ao longo do discurso, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades são sujeitadas a uma historicização radical, estando constantemente em processo de mudança e transformação (HALL, 2000, p.108).

Não dado por encerrado, as argumentações consideradas para se elaborar e justificar o atributo de significado construído em torno da identidade são compostas por considerações sociais, assim, “a tendência atual é concebê-la como uma síntese lógica e ontológica, em cuja constituição as relações sociais ocupam lugar destacado” (JACQUES, 2006, p. 155). Em sintonia com a ideia anteriormente levantada por Jacques (2006), Berger e Luckmann (1976, p. 177) apontam ainda que a identidade “é objetivamente definida como localização em um certo mundo e só pode ser subjetivamente apropriada juntamente com esse mundo”.

Indubitavelmente, é sensato dizer que a identidade é particular, contudo, ainda que seja ela única, subjetiva e que cada sujeito a sente de um modo, de forma sintomática, expõe-se que as identidades se agrupam as expressões, a cultura e assim, a vivência em grupo social também molda na formação identitária. É nesse sentido que a identidade é formada tendo por base “quadros de referência” (GUATTARI & ROLNIK, 1996, p. 41), ou seja, neste raciocínio, o indivíduo elabora sua identidade com base referencial em um contexto social conhecido, assimilado. Ora, sejam dadas as devidas considerações, a formação identitária do sujeito nos olhares das ciências sociais é uma recombinação de um conjunto de elementos propícios do ambiente social, cultural e político vivido, que por fim, se constituem em suas formas ativas num verdadeiro “fenômeno social”.

É num sentido bem próximo que Jacques (1998, p. 160) expõe que a identidade psicológica “é gerada pela socialização e garantida pela individualização”. Não obstante, ainda de acordo com a psicóloga Maria da Graça Jacques (1998, p. 164), “o vocábulo identidade evoca tanto a qualidade do que é idêntico, igual, como a noção de um conjunto de caracteres que fazem reconhecer um indivíduo como diferente dos demais”.

Portanto, ao tomar a identidade como produto da vivência social, que por sua vez é fruto da relação sujeito-sociedade, tem-se que as identidades agrupam o poderio de pertencimento, de concretude, como nos assegura o sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman (2005) evocando que “o anseio por identidade vem do desejo de segurança” (BAUMAN, 2005, p.35). E de certo, assim, é de se pensar que a busca por aceitação do grupo social em uma certa sociedade, agrupa os sujeitos em interesses comuns, ao passo que identidades individuais se reconhecem e se familiarizar.

Convém por fim expor, que a breve discussão de identidade não se limita a dar o assunto por encerrado, pelo contrário, intrínseco à formação da personalidade e tendo como referência sujeitos sociais do cotidiano, a identidade de um indivíduo é móvel, transfigura-se e molda-se de forma incontrolável, caindo sobre a construção dela (identidade) os reflexos dos acontecimentos e características do ambiente social em que o sujeito esteja inserido e posto.

## 7 DANDARA

No capítulo anterior podemos compreender como o sujeito se constitui através do cuidado dos seus cuidadores e também atravessado pela cultura, cultura essa carregada de discursos nocivos para a vida psíquica desse sujeito em constituição e em seu processo de identificação. Neste capítulo iremos abordar as estratégias pensadas pela equipe de modo a abordar o debate racial de maneira lúdica com as crianças que frequentam o projeto Casa dos Cata-Ventos.

A contação de história é uma atividade interdisciplinar, pois envolve habilidades e conceitos de diversas áreas do conhecimento, especialmente das artes, sendo possível explorar os saberes geográficos e permitindo o ensino da história. Contudo sabemos da obrigação das escolas sobre o cumprimento da lei Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2018) que possibilita o estudo da história e cultura afro-brasileira, levando em conta que o negro é lido de uma forma caricatural, como um povo sem cultura e incivilizado graças ao nosso passado escravocrata e a forma como abordamos esta história nos nossos livros e métodos de ensino de matriz eurocêntrica.

Gregianin Rocha (2018, p. 37) sustenta que contar histórias possibilita que as crianças abordam de forma lúdica seus conflitos e dores, traz a ideia da *Narrativa-superfície*, onde “através da qual a criança pode se inscrever, marcar e ser marcada pela narrativa, inventando outros modos de se narrar”, no contexto de vulnerabilidade onde vivem as crianças da Vila São Pedro, a proposta da contação de histórias torna-se um potente dispositivo para abordar as violências sofridas no seu cotidiano.

De importância ímpar de abordar o nosso passado escravocrata e das dificuldades de abordar histórias tão cruéis, mas que precisam ser contadas, a equipe da contação de história da casa dos cata-ventos criou uma história onde tentava cumprir tais objetivos, fora criada uma história da Dandara, ideia pensada após percebemos algumas situações de racismo entre as crianças e a nossa dificuldade de falar sobre o assunto com elas e entre a própria equipe, por isso a contação de histórias surge como um dispositivo para tentar dar conta da gravidade do tema.

Do ponto de vista da existência histórica como pessoa e significação e de potencial significação, Dandara esposa de Zumbi dos Palmares, atua de modo representativo e ajuda na organização e nos movimentos de resistência do quilombo. Torna-se um dos principais símbolos da resistência feminina negra no Brasil. Pois então, é nesse sentido que a história de Dandara contribui de forma didática pela riqueza de seu conteúdo e representatividade de suas histórias



em meio às crianças e jovens. A figura histórica de Dandara, incluída na contação de histórias, apresenta uma multiplicidade de formas e histórias a serem trabalhadas sobre ela, apresenta às crianças brancas e negras uma personagem heroica, a partir dela, é possível dialogar com as crianças o racismo, a diferença, a violência e a consciência dos atos.

Antes de contar a história de Dandara, a equipe foi se juntando às crianças no portão para avisar que havia uma história para contar antes da história da Dandara. A equipe desenhou um mapa em uma grande cartolina onde era possível ver o continente africano, o oceano e o Brasil. Contaram um pouco sobre os povos negros na África, seus reinos, pirâmides e conquistas, até a chegada dos europeus, a escravização do povo africano e o sequestro rumo ao Brasil.

Para contar a história de Dandara a equipe sugeriu que precisavam da ajuda das crianças para cantar uma música. A cada três versos da história, contada em formato de cordel, entraria o refrão que elas cantariam conosco:

“Dandara, princesa preta  
Dandara, princesa forte  
Dandara e o povo negro  
Contra o racismo até a morte”

Foram cantando e as crianças repetindo linha por linha. Nossa intenção ao propor a música era trazer novas palavras, ou rerepresentar palavras lavadas<sup>4</sup>, ressignificá-las. As crianças mostravam incômodo ao cantar as palavras “preta” e “negro”, pois entendemos que tais palavras ainda são entendidas como algo negativo, segundo CUTI (2017) a palavra “negro” é recentemente utilizada por diversos grupos do movimento negro, antigamente era utilizada a palavra “afro-brasileiro” entretanto a palavra “negro” passa ser utilizada como estratégia política de ressignificação.

Chegado o fim da história, a equipe propôs uma brincadeira: no entorno da estrutura do balanço estava desenhada no chão uma grande área onde se lia “QUILOMBO DOS PALMARES”. Do outro lado, perto do portão, outro território denominado “SENZALA”. A brincadeira de pega-pega incluía dois feitores, duas Dandaras, e o resto das crianças, no papel do povo negro em luta por liberdade. O papel dos feitores era pegar as crianças e prendê-las na senzala. O papel das Dandaras, ou Dandara e Zumbi (ou Dandara e Dandaro) era tocá-las para que se libertassem e voltassem à brincadeira. No quilombo, as crianças não podiam ser pegadas (era

<sup>4</sup> Esse termo foi cunhado pela colega Ana Gabriela Redlich, a partir da obra de Viviane Mosé. Essa ideia será mais desenvolvida em um capítulo de livro que está para ser publicado.

o ferrolho). Essa brincadeira durou boa parte da manhã e a posição da equipe era sempre de trazer elementos da história para o brincar.

Da história da Dandara se desdobraram efeitos poderosos, as ofensas racistas utilizadas pelas crianças cessaram por um longo período e pode-se notar a apropriação dos elementos da história nas crianças negras, em especial em Nourbese<sup>5</sup> (5 anos) que começou a se apresentar como Dandara quando pedíamos os nomes das crianças no começo dos turnos enfatizando suas qualidades de princesa negra.

Segundo Souza (1983) a estética do negro é sempre abalizada pela estética do branco, é o branco quem define o que é belo, o que é correto, vivemos numa sociedade onde os valores são decididos em lugares e espaços onde historicamente e hegemonicamente são ocupados por brancos, e é nesta lógica que se produz o consenso que legitima padrões ideológicos que discriminam uns em detrimento de outros.

É importante salientar que as histórias clássicas que contamos às crianças ainda têm como característica o uso de personagens brancos, devido ao lugar e contexto onde foram criadas, entretanto também importante enfatizar a importância da representatividade, tendo em vista a escassez das figuras negras na mídia assumindo papéis importantes, pois ao encontrar uma pessoa com o tom parecido com a da sua pele em um papel de destaque, que não seja coadjuvante, que não sirva só para dizer que não há pessoas negras assumindo esses papéis, a criança se sentirá motivada a assumir aquilo que é, como ocorreu com a história da princesa Dandara.

Maria Aparecida da Silva Bento (2012) em seu artigo “A Identidade Racial em Crianças Pequenas” traz alguns dados importantes através de uma revisão bibliográfica de estudos sobre identidade racial na educação infantil (Carter & Goodwin, 1994; Cavalleiro, 2003; Dias, 1997 e 2007; Fazzi, 2004; Godoy, 1996; Trinidad, 2011). O resultado da pesquisa constatou alguns pontos interessantes: desde muito cedo alguns componentes da identidade racial já operam na vida das crianças, já entre 3 e 5 anos a criança já é capaz de perceber a diferença racial e ao percebê-la, interpreta e hierarquiza. Desde a mais tenra idade estão atentas a aquilo que é valorizado ou desvalorizado pela sociedade, percebem de forma rápida os fenótipos que mais agradam, assim como os que desagradam. Crianças pequenas brancas dificilmente expressam o desejo de ter outra cor de pele ou tipo de cabelo. Frequentemente expressam que o branco é bonito e por consequência o preto é feio, usando como exemplos bonecas, personagens de livros

---

<sup>5</sup> Nome fictício.

e desenhos, colegas e professoras. Crianças negras expressam desconforto desde cedo sobre sua condição de serem negras e raramente reagem quando surge em seu meio a expressão de que preto é feio. Nas raras vezes quando conseguem pedir ajuda ao professor, este não sabe como lidar com o problema e/ou silencia. Crianças Negras expressam desde cedo sua vontade de trocar a cor da sua pele e o tipo de seu cabelo. Crianças negras são mais atentas às diferenças raciais do que as crianças brancas.

Heloisa Pires Lima (2005) em sua pesquisa “Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil” traz a ideia de que personagens negros sempre existiram na literatura infanto-juvenil brasileira, entretanto assumindo os seguintes papéis: “escravizados como escravos” (LIMA, 2005, p. 103), descrevendo personagens negros em condições de submissão; “as empregadas” (p. 107), personagens subalternas e benevolentes; ou “a África” (p. 113) apresentada através do ponto de vista eurocêntrico reforçando o estereótipo do povo africano como povo primitivo. “a violência”, sempre presente no processo de opressão do grupo branco em relação ao grupo negro.

Tendo em vista as pesquisas acima citadas, se faz crucial para o desenvolvimento das crianças negras que mais histórias sejam criadas e que nestas histórias personagens negros assumam papéis de destaque de forma que possam ir contra aos estereótipos sustentados culturalmente, nesse processo ganham tanto crianças negras quanto brancas.

Tanto capoeira como a historia da Dandara trazem consigo narrativas carregadas de muitas dores, mas também de luta, historias que apesar de duras precisam ser contadas repetidas vezes para que então possam ser resignificadas, no projeto as crianças tomam outro lugar frente a estas historias, são convocadas a participarem delas como agentes ativos dessas historias e lutas que se tornam brincadeiras. Gageiro (2015) sustenta a ideia em uma segunda dimensão do brincar, que seria da passagem da criança da passividade para a atividade através da repetição, é onde a criança assume um lugar de autoria nesse fazer da relação que estabelece com o outro, repetindo então nesse brincar as situações mais desagradáveis que experimenta em seu cotidiano, entretanto é através da brincadeira que ela pode assumir um papel ativo, dominando e se apropriando desta situação.

## 8 CAPOEIRA

Dando seguimento, criada no Brasil pelos escravos oriundos de África, a capoeira sua prática foi inicialmente proposta como uma técnica de defesa dos negros diante dos brancos, contudo, faz-se mister salientar que a capoeira mais do que uma arte marcial, constitui-se como instrumento identitário, sua representação mediante a sociedade escravagista expunha a organização, rebeldia e personificação artística dos negros diante de um contexto social vulnerável e opressor. Reis (1997, p. 19), complementa que: “A capoeira é uma manifestação cultural brasileira nascida em circunstâncias de luta por liberdade, nos tempos da escravidão”. Nascida em ainda sob o controle do regime escravo, a capoeira resistiu e resiste vinculada a espaços de vulnerabilidade social, que a impulsiona como uma atividade educadora, formativa e libertadora.

É certo de ser dito que capoeira tem em seu interior a história secular de um contexto de violência, abuso e desumanização, sua origem na escravidão, seu desenvolvimento e sua atividade na atualidade representam um gesto de luta simbólica do ser humano, agregando aspectos culturais, e é assim que de acordo com (CASTRO JUNIOR, 2010, p. 68 – ênfase do autor) “[o] lugar das rodas de capoeira acaba sendo um local dinâmico e feroz onde as *culturas, dominada-resistência*, conseguiram (re) significar e recriar práticas e produzir seus conhecimentos”.

Em síntese, a capoeira incorpora o sentimento e o expõe em forma luta uma prática cultural e social. Portanto ao tomarmos essa via de raciocínio, a capoeira e seus praticantes encontram nela (capoeira) um sentido identitário em suas ações e pensamentos. Diante de tamanha importância para sociedade, o próprio Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em seu próprio dossiê, admite com propriedade, envolvendo toda complexidade cultural que:

A capoeira é uma manifestação cultural que se caracteriza por sua multidimensionalidade – é ao mesmo tempo dança, luta e jogo. Dessa forma, mantém ligações com práticas de sociedades tradicionais, nas quais não havia a separação das habilidades nas suas celebrações, característica inerente à sociedade moderna. Ainda que alguns praticantes priorizem ora sua face cultural, seus aspectos musicais e rituais, ora sua face esportiva, a luta e a ginástica corporal, a dimensão múltipla não é deixada de lado. Em todas as práticas atuais de capoeira, permanecem coexistindo a orquestração musical, a dança, os golpes, o jogo, embora o enfoque dado se diferencie de acordo com a singularidade de cada vertente, mestre ou grupo (IPHAN, 2018, p. 11).

A capoeira surge na Casa dos Cata-Ventos em 2015 com a ideia de proporcionar uma atividade a mais para o grupo dos adolescentes, entretanto acabou contagiando a todos e a decidiu-se abrir para todas as crianças, pequenas e grandes. Foi necessário algum tempo para que a atividade tomasse forma de aula e diferencia da proposta das outras atividades da casa que eram mais livres e menos estruturadas, logo a figura do professor, com a vestimenta característica, tocando berimbau capturasse a atenção das crianças e fazendo assim com que elas entendessem cada vez mais as regras do jogo.

Angela Langaro Becker (2018, sem página), psicanalista, membro da equipe e uma das responsáveis por trazer a capoeira até o projeto, aponta que “Assim como toda dança, a capoeira também comemora o nascimento do corpo no mundo”, as regras aprendidas na roda de capoeira e que determinam os movimentos, sejam de ataque, defesa ou até mesmo da ginga que é o movimento básico da capoeira, são aprendidas pelo corpo das crianças de maneira distinta das regras educativas ou disciplinares, pois estas regras ao não restringir o movimento do corpo, lançam os corpos das crianças em uma sensação de libertação, fazendo-o as libertarem-se do real cruel que as invade. Ainda Becker (2018) aponta a importância dos efeitos dessa libertação também de um corpo escravizado, estes corpos que perderam seus traços fundamentais, devido ao processo violento e desumano de escravização. Esta libertação, portanto, surge na medida em que este corpo é simbolizado pela música e por sua inscrição neste espaço.

O professor Nei, educador físico que ministrava as aulas de capoeira no projeto, cativou a atenção das crianças e também a minha quando comecei a acompanhar a equipe da capoeira nos finais das tarde de quarta, era nítido o tratamento que recebíamos dos moradores e das crianças quando entrávamos na vila, completamente diferente quando entrávamos para os turnos de brincadeira onde majoritariamente os participantes eram brancos. Em contraste aos outros momentos que entrávamos na vila, recebendo poucos olhares, alguns acenos tímidos de cabeça, quando a equipe da capoeira entrava era cumprimentada por todos, não se limitava a acenos e os costumeiros “boa tarde”, vinham interrogar Nei sobre o lugar onde treinava, ou algum morador que nos contava que sabia tocar pandeiro, ou que já praticou capoeira no passado, e certa vez um morador lhe ofereceu um pandeiro.

Tínhamos uma enorme dificuldade de chegar a Casa dos Cata-ventos no horário, pois o trajeto até lá era dificultado pela quantidade de moradores que nos parava para perguntar ou contar algo sobre a capoeira na sua vida. Uma leitura possível de ser feita dessa diferença, talvez

se dê pelo simples fato de Nei ser negro e obviamente por ser capoeirista, luta/dança criada em espaços semelhantes ao que fazíamos nossa roda, no momento em uma periferia, mas no passado em senzalas.

A capoeira tem um valor fundamental neste contexto de violência e vulnerabilidade, para além de proporcionar ao corpo das crianças meios de lidar com as experiências vividas no seu cotidiano, transformando a violência em dança, é trazida também sua história e as estratégias que os criadores dessa dança/luta criavam para sobreviverem também em contextos adversos. Becker (2018) afirma que o apelido que os capoeiristas recebem quando começam a praticar, são batizados na roda por um apelido que escolhem ou lhes é escolhido pelo professor através das suas características físicas ou coisas que gostam; apelido este que também oferece a criança e adolescente um laço filiatório, fazendo com que este novo nome sustente simbolicamente a transição do familiar ao social.

Entretanto para o negro, acostumado com a escassez de referências à sua cultura e história, a capoeira também surge como um dispositivo de recuperação desta história estrategicamente esquecida e apagada, para além de lembrar as dores que seus antepassados sofreram, a capoeira surge como uma dança/ritual de celebração da vida, enaltecendo as qualidades do negro, tão subjugadas e possibilitando assim a identificação do negro com aspectos positivos à sua cor.

Sabemos que somente a capoeira não é capaz de combater o racismo, mas é importante que nesse dispositivo assim como em outros possamos valorizar a cultura negra de forma a possibilitar um processo de independência do pensamento colonial tão incrustado na nossa sociedade. Crianças brancas necessitam de referenciais positivos sobre a cultura negra para que possam transformar o cenário atual que tanto as privilegia, também é de extrema importância para as crianças negras estes referenciais para se fortalecerem, se apropriarem da sua história e assim construïrem armas potentes no enfrentamento do racismo.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse trabalho, foi possível observar que a sociedade brasileira após mais de dois séculos pós-abolição da escravatura ainda tem dificuldades ou simplesmente se nega a acertar as contas com o seu passado, podemos verificar isso facilmente notando o descumprimento da Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio na maioria das escolas.

Os efeitos do silenciamento do debate racial no Brasil têm efeitos nocivos na vida do negro, efeitos esses ainda mais perversos na fase de desenvolvimento social, emocional e psíquico da criança negra, pois acabam introjetando discursos, estereótipos e representações negativos sobre sua cor, raça e cultura. Ao assumir tais representações presentes na nossa cultura, seguem na busca do ideal de Ego branco inalcançável, trazendo-lhes prejuízos para sua vida.

Para tanto é necessário pensar em estratégias de produzir espaços que garantam que um tema tão importante que são as relações raciais sejam debatidas. Entretanto o nosso desafio segue pensando em como produzir dispositivos para abordarmos o tema com as crianças de forma lúdica, entendendo a gravidade e dureza da nossa história, mas que deve ser contada para que então possa ser ressignificada.

Se o trabalho da psicanálise é através da escuta e da palavra, é com estes instrumentos que devemos combater a omissão do racismo em todos os espaços, entendendo-o como um sintoma social, produtor de efeitos nocivos tanto para brancos quanto negros.

## 10 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Azevedo. O problema eugênico da imigração. **Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia**. Actas e Trabalhos. v.1, p.327-340. 1929.

ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia. Explorando o eurocentrismo nos manuais portugueses de história. **Estudos de Sociologia**. V. 15, n. 28, maio 2010. p. 239 – 270.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BECKER, Ângela. Capoeira nos Cata-Ventos. **Tem Cata-Ventos Hoje? – Correio APPOA**. n. 257. 2016. Sem página. Disponível em <[http://www.apoa.com.br/correio/edicao/257/capoeira\\_nos\\_cata\\_ventos/337](http://www.apoa.com.br/correio/edicao/257/capoeira_nos_cata_ventos/337)> Acessado em 30/05/2018.

BELTRAME, Anderson; TAVARES, Eda. A margem da transferência. **Tem Cata-Ventos hoje? Correio APPOA**. n. 257. 2016. Sem páginas. Disponível em <[http://www.apoa.com.br/correio/edicao/257/a\\_margem\\_da\\_transferencia/336](http://www.apoa.com.br/correio/edicao/257/a_margem_da_transferencia/336)>. Acessado em 25/05/2018.

BENTO, Maria Aparecida Silva. A identidade racial em crianças pequenas. In\_\_\_. (Org.) **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012. p. 98-114.

BERGER, Peter. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 7ª ed. Petrópolis, Vozes, 1976.

BOJUNGA, Cláudio; COUTINHO, Wilson. Condenados à Democracia. Entrevista com Philippe Schmitter. **Jornal do Brasil - Caderno Especial**. Rio de Janeiro. 10/07/1988. p.10.

BRASIL. **Lei nº. 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF, 2003. Sem páginas. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm)> Acessado em 07/05/2018.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado federal. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 22/05/2018.



CASTRO JUNIOR, Luís. **Campos de visibilidade da capoeira baiana: as festas populares, as escolas de capoeira, o cinema e a arte (1955 - 1985)**. Brasília: Ministério do Esporte/ 1º Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano. Volume 1: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2005.

CESAROTTO, Oscar. Prólogo. In ROSA, Miriam Debieux. **Histórias que não se contam. O não-dito na Psicanálise com crianças e adolescentes**. São Paulo: Cabral Editora Universitária, 2000. p. 5-7.

COMISSÃO ECONOMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE (CEPAL). **Panorama Social de América Latina, 2015** Relatório Anual. Santiago, 2016.

COSTA e SILVA, Alberto da. **Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira. UFRJ, 2003.

CUTI. Quem tem medo da palavra negro. In KON, Noemi; SILVA Maria; ABUD, Cristiane. **O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise**. São Paulo: Perspectiva, 2017.

DUNKER, Christian. O Nascimento do Sujeito. **Viver Mente e Cérebro**. São Paulo. v. 2, p.14 - 26, 2006.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa**. 5ª ed. Curitiba: Positivo-Livros, 2014.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do Estado brasileiro**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

FONSECA, Cláudia. **Família, Fofoca e Honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004. Disponível em: <<http://groups.google.com.br/group/digitalsource/>> Acesso: 20/05/2018.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler- em três artigos que se completam**. 23ª ed. São Paulo: Cortez Editora & Autores Associados, 1989.

FREUD, Sigmund. Escritores criativos e devaneios. In\_. **Obras Completas de Sigmund Freud. Volume IX: “Gradiva” de Jensen e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago Editora. p.

78-85. Disponível em <<http://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/01/freud-sigmund-obras-completas-imago-vol-09-1906-1908.pdf>> Acessado em 12/06/2018a.

\_\_\_\_\_. Psicologia de grupo e análise do ego. In: **Obras Completas. Volume XVIII: Além do princípio de prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos**. Rio de Janeiro: Imago. p. 43-90. Disponível em <<http://conexoesclinicas.com.br/wp-content/uploads/2015/01/freud-sigmund-obras-completas-imago-vol-18-1920-1922.pdf>> Acessado em 15/05/2018b.

FURTADO, Odair; BOCK, Ana Mercês Bahia; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias: uma introdução aos estudos da psicologia**. 14<sup>a</sup> ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GAGEIRO, Ana Maria. **Brincar e contar histórias na Casa dos Cata-Ventos**. Projeto de Extensão (Instituto de Psicologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 4<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In SILVA, Tomas Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Inventário para registro e salvaguarda da capoeira como patrimônio cultural do Brasil**. Brasília. Dossiê. Brasília, 2007. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA\\_capoeira.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_capoeira.pdf)>. Acesso em: 26 /05/2018.

JACQUES, Maria da Graça Corrêa. Identidade e trabalho. In: CATTANI; Antonio David; HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_. Identidade. In: STREY, Marlene Neves. **Psicologia Social Contemporânea**. 2<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 159-167.

JARDIM, Gislene. Do corpo ao desejo: um olhar sobre o sujeito. In KUPFER, Maria Cristina; PINTO, Fernanda (Orgs.). **Lugar de Vida, vinte anos depois: exercícios de educação terapêutica**. São Paulo: Escuta. 2010. p. 223-232.

JOAQUIM, Maria Salete. **O papel da liderança religiosa feminina na construção da identidade negra**. Rio Grande do Sul: Pallas; São Paulo: Educ, 2001.

LACAN, Jacques. A subversão do sujeito e a dialética do desejo. In **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. p. 807-842

\_\_\_\_\_. **O seminário. Livro 1: os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

\_\_\_\_\_. **O seminário. Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

LIMA, Heloisa Pires. Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil. In MUNANGA, Kebengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 101-116.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

MOSCOVICI, Serge. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978.

MUNANGA, Kabengele. **O negro na sociedade brasileira: resistência, participação e contribuição**. Brasília, D. F.: Fundação Cultural Palmares, 2004.

\_\_\_\_\_. Racismo desigual. **São Paulo em Perspectiva**. v. 4, n. 2, 1990. p. 51-54.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**. vol.19, n.1, 2007. p.287-308.

PEDROSO, Anderson Beltrame. **A Casa dos Cata-Ventos : variações sobre o futuro, a inutilidade e a sede**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade Federal Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2013.

Poli, M. C. **Clínica da exclusão: a construção do fantasma e o sujeito adolescente**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2005.

QUADROS, Waldir. Gênero e raça na desigualdade social brasileira recente. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 50, abr. 2004. p. 95-117. Disponível em: <[http://www.scielo.br /scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000100010](http://www.scielo.br /scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100010)> . Acesso em: 10/05/2018.

REIS, André Luiz Teixeira. **Brincando de capoeira**. Cidade: Editora Abadá, 1997.

ROCHA, Mariana Gregianin. **Contar histórias na Casa dos Cata-Ventos: leitura e escrita em cena**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande Sul, 2018.

ROSA, Miriam Debieux. **Histórias que não se contam. O não-dito na Psicanálise com crianças e adolescentes**. São Paulo: Cabral editora universitária, 2000.

SAWAIA Bader. Exclusão ou inclusão perversa? (Introdução). In:\_\_\_\_\_. (org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 11ª ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 7-13.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCLIAR, Moacyr. **Um país chamado infância**. São Paulo: Ática, 1995.

SODRÉ, Muniz. **Claros e Escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

TOROSSIAN, Sandra. Novos e velhos ventos em Casa. **Sul21**. Porto Alegre 29 de maio 2013. Disponível em < <https://www.sul21.com.br/colunas/coluna-apoa/2013/10/novos-e-velhos-ventos-em-casa/>>. Acessado em 07/05/2018.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIOTTI DA COSTA, Emília. **Da monarquia à República**. São Paulo: UNESP, 1999.